



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG.

Publicado no quadro de avisos da Câmara em <u>12/8/2019</u> às <u>13:05</u> horas, e registrado em livro próprio às folhas <u>30v</u> Sob o nº <u>40/2019</u> Servidor Responsável <u>[assinatura]</u>
--

PARECER DA COMISSÃO DE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG,
SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 17/2019**, DE
AUTORIA DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA
DA CÂMARA MUNICIPAL, VEREADORES CÉLIA
MORAIS, ROBINHO DA CRUZ, ZEZINHO
DESPACHANTE E GERALDO DE HENRIQUE, E QUE
“Revoga a Lei municipal número 1.198 de 2016.”¹

1 – RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 017/2019**, de iniciativa dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, Vereadores Célia Moraes, Robinho da Cruz, Zezinho Despachante e Geraldo de Henrique, e que *“Revoga a Lei municipal número 1.198 de 2016.”²*

O referido Projeto de Lei foi recebido por esta Casa Legislativa, foi devidamente instruído e distribuído à presente Comissão da qual fui designada relatora.

2 – VOTO

2.1 QUANTO À MATÉRIA

No que tange à sua constitucionalidade e legalidade formal, pode-se dizer que o Projeto de Lei em pauta se mantém coerente e em consonância com os dispositivos

¹ Epígrafe do Projeto de Lei 17/2019 – com grifo nosso.

² Epígrafe do Projeto de Lei 17/2019 – com grifo nosso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa, Vale dizer que, a iniciativa de Leis que disponham sobre temas de interesse local é do município, conforme determina o art. 30, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, senão, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - (...).³

Obviamente, a regulamentação de horário de funcionamento da Câmara Municipal, consiste em matéria de interesse local, portanto, quanto a iniciativa e competência, as mesmas estão em conformidade com os comandos constitucionais e legais.

A seu turno, a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 26, III, estabelece, à Câmara Municipal, a competência exclusiva em dispor sobre sua organização e funcionamento, senão, vejamos:

Art. 26. Compete exclusivamente à Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

I - (...);

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - (...).⁴

Quanto a matéria, ressalto as palavras apresentadas pelos autores do Projeto:

“Como é de conhecimento de Vossas Excelências, a Lei Municipal número 1.198 de 2016, definiu, como horário de funcionamento da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas –

³ Inciso I, do Artigo 30, da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁴ Artigo 26, III, da Lei Orgânica Municipal de Bonfinópolis de Minas – MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

MG, o lapso temporal compreendido entre às 12h00min e às 18h00min. No entanto, a referida Lei, não é compatível com a legislação que criou os cargos públicos existentes na Câmara Municipal, não é compatível, pois os cargos foram criados com carga horária de trabalho superior ao horário de funcionamento da Câmara Municipal, fato que torna a Lei Municipal número 1.198 de 2016, incompatível com outras normas legais em vigência.

Outro fato que justifica a revogação da Lei Municipal número 1.198 de 2016, é o fato da mesma ter reduzido o horário de funcionamento da Câmara Municipal, com a justificativa de “economia de material de consumo, e dos serviços de telefonia, energia elétrica e de transmissão de dados”.⁵ Colocada em prática a citada Lei, a aplicação da mesma demonstrou resultar em aumento de despesas da Câmara e não economia, como dito em sua justificativa. O aumento de despesas ocorreu com o aumento de horas extraordinárias a serem pagas aos servidores da Casa. Em outras palavras, a execução da Lei Municipal número 1.198 de 2016, além de contrariar outros textos legais, resulta em aumento de despesas da Câmara Municipal, motivos pelos quais, a mesma deve ser revogada.”⁶

2.2 – QUANTO À TÉCNICA LEGISLATIVA

No que diz respeito à técnica legislativa alguns comentários merecem ser feitos:

A Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998, estabelece critérios a serem seguidos no momento de elaboração das leis, critérios como a determinação dada pelo artigo 3º, de que as leis se estruturam em três partes básicas sendo elas:

1º - Parte preliminar, que dentre outras conterá o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de sua aplicação;

2º - Parte normativa, que conterá o texto relacionado com a matéria; e

3º - Parte final, que conterá as disposições preliminares.

⁵ Justificativa do Projeto de Lei 03 de 2016.

⁶ Justificativa do Projeto de Lei 017/2019.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

O projeto sob análise contempla todas as referidas partes e se estrutura com divisão por artigos que se desdobram em parágrafos ou em incisos, os parágrafos em incisos e os

incisos em alíneas e as alíneas em itens, conforme o disposto pelo artigo 10 da Lei Complementar 95 de 26 de fevereiro de 1998.

Com isso concluímos que, em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei não merece qualquer reparo, estando devidamente estruturado.

3 – PARECER

Por todo o exposto, tendo em vista que o Projeto de Lei se encontra de acordo com os dispositivos legais mencionados e estando devidamente obedecidas a competência em razão da matéria e a iniciativa legal, mostrando-se formal e materialmente constitucional, e, ainda, primando pela **BOA e CONCISA** técnica legislativa, **somos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 017/2019**, nos termos em que foi proposto.

Bonfinópolis de Minas/MG, 05 de julho de 2019.

FERNANDA OLIVEIRA

Relatora da Comissão de Legislação, Justiça e de Redação da Câmara M. de Bonfinópolis de Minas – MG.

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES DESPACHO
Aprovado (X) Rejeitado () o voto do relator em único turno por (2) votos favoráveis (-) votos contrários e (-) abstenções.	
Sala de Comissões <u>13</u> / <u>08</u> / <u>19</u>	
<u>bmatoz</u>	
PRESIDENTE DA COMISSÃO	

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES DESPACHO
Dou por concluso nesta comissão nos termos do Art. 105. XX, da Resolução 136, de 03/01/2007 o presente processo legislativo. Subam os autos à Mesa Diretora.	
Sala das Comissões <u>13</u> / <u>08</u> / <u>20</u> / <u>19</u>	
<u>bmatoz</u>	
PRESIDENTE DA COMISSÃO	